

NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 26/Jan



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2711/2022

RIO GRANDE DO NORTE



Natal/RN 25 de janeiro de 2022
Informativo de responsabilidade do Sindforte-RN
Ano XII N. 02

O Sindicato Estadual Dos Trabalhadores Vigilantes Em Transporte De Valores, Carro Forte, Escolta Armada, Carro Leve E Trabalhadores Do Caixa Forte E Tesouraria Bancaria Do RN – Sindforte

SINDFORTE-RN MAIS UMA VEZ VITORIOSO, REVERTE JUSTA CAUSA.



Desde a fundação do Sindforte-RN, através do seu departamento jurídico temos ganhado todas as ações contra as empresas que tem dado justa causa as seus empregados sem fundamentos e com cunho de perseguição aos seus funcionários, mais uma vez derrubamos uma justa causa contra um funcionário da Prosegur Mossoró no dia 21 de janeiro de 2022 o tribunal regional do trabalho da 21ª região 1ª vara do trabalho de Mossoró derrubou mais uma vez a tentativa da empresa em prejudicar duplamente um trabalhador, haja vista que por si só a demissão já prejudica e muito o pai de família imagine uma justa causa que não só impedi do trabalhador de receber suas

contas rescisórias, além de marcar negativamente para sempre a vida profissional do mesmo.

Essa conquista é um reconhecimento por parte da justiça, que derruba a política cruel e injusta da empresa Prosegur, essa vitória do nosso sindicato vem através da nossa assessoria jurídica que derruba mais uma vez a farsa praticada pela empresa contra o trabalhador.

Sindforte-RN assessoria jurídica sempre juntos na defesa dos trabalhadores.

SINDFORTE-RN, NÃO FIQUE SÓ FIQUE SÓCIO DO SEU SINDICATO



DMB: Sindsegur realiza paralisação no cajueiro de Pirangi devido atraso de salários



Na manhã desta terça-feira, 25 de janeiro, a diretoria do Sindsegur realizou mais um ato público em frente ao Cajueiro de Pirangi para denunciar o atraso no salário dos vigilantes da DMB Segurança que trabalham nos postos de serviço do Idema.

Durante a manifestação o posto de vigilância do Cajueiro teve suas atividades paralisadas.

Não vamos aceitar nenhum tipo de exploração contra nossa categoria. A batalha contra o atraso dos salários tem sido intensa, enquanto a empresa não quitar seus débitos com os trabalhadores o nosso sindicato vai continuar mobilizado e realizará novas paralisações e atos públicos para fazer valer os direitos dos vigilantes.

Na ocasião os representantes do nosso sindicato se reuniram com a gestora do Cajueiro, Marígia Tertuliano, que solicitou uma reunião para próxima quarta-feira (26/01) com representantes do Idema, empresa DMB e Sindsegur com objetivo de solucionar esta situação.

Receber o salário até o quinto dia útil de cada mês é um direito sagrado, pois significa o merecido pagamento depois um mês inteiro de trabalho duro. A comida na mesa da família de cada vigilante depende desse salário.

O SINDSEGUR vai continuar protestando contra os abusos dessas empresas, além de cobrar, política e juridicamente, que as mesmas assumam a responsabilidade de cumprir seus compromissos trabalhistas.

Fonte: Sindsegur

Comunicamos a todos os Vigilantes da nossa base territorial, que amanhã dia 26/01/22 não teremos o programa a Voz do Vigilante através da rádio web sintonia do trabalhador e da pagina da rádio no Facebook, por motivo do presidente do Sindicato Svnit Claudio Vigilante e diretoria está se deslocando para o Sindicato Patronal com o objetivo de assinar a Convenção Coletiva de Trabalho de 2022/2023 e dar entrada na homologação no Ministério do Trabalho. Depois de muitas ondas e vindas no Sindicato patronal para ajustar as cláusulas e garantir os nossos direitos, finalmente estaremos se Deus quiser dando um ponto final nessa campanha salarial. Aproveitamos pra informar que estaremos excepcionalmente realizando o programa a voz do Vigilante na próxima quinta feira dia 27/01/22 as 10.30hs, e informaremos tudo que for de interesse da categoria. Sindicato dos Vigilantes de Niterói de Niterói e regiões



SINDICATO ALERTA EMPRESA KAIRÓS SEGURANÇA SOBRE NÃO FORNECIMENTO DOS TÍQUETES ALIMENTAÇÃO

A EMPRESA TERÁ O PRAZO DE 10 DIAS PARA SOLUCIONAR O PROBLEMA

O Sindicato dos Vigilantes de Alagoas enviou, no dia 21 de janeiro de 2022, um ofício ao gerente administrativo e financeiro da **KAIRÓS SEGURANÇA** informando que a referida empresa não vem cumprindo com suas obrigações no fornecimento dos Tíquetes Alimentação dos trabalhadores vigilantes, ferindo a CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA da Convenção Coletiva de Trabalho em vigor.

No documento foi informado que a KAIRÓS SEGURANÇA terá o prazo de 10 dias, a contar do recebimento do ofício, para solucionar o problema relatado. Caso a questão não seja resolvida no prazo, o Sindicato dos Vigilantes de Alagoas ingressará com uma ação judicial para que os trabalhadores recebam os seus direitos.



ESTAMOS DE OLHO!!!

Federação dos Petroleiros denuncia surto de Covid nas plataformas da Petrobras

Sindicato diz que mais de 1.500 trabalhadores estão com a doença. Petrobras disse que eles foram tirados dos camarotes entre 23h e 2h da manhã para que fosse feita a desinfecção



Federação dos petroleiros denuncia surto de Covid nas plataformas de petróleo da Petrobras

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) denunciou um surto de casos de Covid nas plataformas de petróleo. Eles dizem ainda que a realização dos testes é demorada e que a Petrobras não está seguindo os protocolos exigidos pelas autoridades sanitárias.

O RJ2 teve acesso a um vídeo, da quarta-feira (19), que mostra trabalhadores da P-52, que explora petróleo na bacia de Campos, sendo chamados a deixar seus camarotes por estarem

positivos para a doença. Segundo a Federação Única dos Petroleiros, os funcionários passaram a noite na área externa do navio.(veja acima).

“Os contactantes que testaram positivo ou inconclusivo, peguem seus pertences, toalhas e roupa de cama, e dirijam-se à parte externa”, dizia o áudio do aviso.

“Aí o galerão que testou positivo, tô na P52, duas horas da manhã”, narrava um homem no vídeo.

Petroleiros dizem que não podem desembarcar

Os petroleiros se queixam da forma como a empresa vem tratando os funcionários que apresentam sintomas em alto mar, e também quem divide o camarote com alguém doente.

Um funcionário contou que ele e outros funcionários ficaram isolados na plataforma, quando deveriam ter sido desembarcados para fazer o teste.

“Nós ficamos presos no camarote, eu e mais dois companheiros, né? Era um camarote de 4 pessoas. Tiraram a pessoa que estava com sintomas, e ficamos dias presos sem poder sair do camarote, sem sintomas. Já era para a gente ter desembarcado e não desembarcaram a gente para testar e tendo voo normalmente na plataforma e a alegação da Petrobras era que não tinha aeronave, não tinha piloto”, contou.

Lockdown na plataforma

Um outro petroleiro contou que a plataforma onde trabalha decretou um lockdown na semana passada. Embarques e desembarques foram proibidos até a chegada de uma equipe de testagem, dois dias depois. Mas os serviços foram mantidos, e muitos funcionários continuaram trabalhando mesmo apresentando sintomas.

“A situação real que está acontecendo é que pessoas começam a sentir coisas e ficam com medo de ter que denunciar que algum colega está com sintoma ou a própria pessoa que tem algum sintoma brando e acaba que a gente tem pessoas que estão positivadas a bordo, com sintomas, que acabam escondendo por medo por conta da desconfiança que existe por parte da empresa que é contratada de esperar desembarcar e descontar do salário que é uma

prática que vem acontecendo ao longo desse último ano, dois, aí”, diz.

Mais de 1,5 mil funcionários da Petrobras estavam com Covid esta semana, segundo levantamento da estatal e divulgado ontem pelo sindicato da categoria. A FUP calcula que outros 3 mil terceirizados possam estar com a doença, e cobrou da Petrobras que trabalhadores com sintomas sejam desembarcados e testados imediatamente.

“Infelizmente todo arcabouço de ações que a Petrobras vem tomando não está sendo suficiente para levar a tranquilidade e segurança que estão offshore. Os trabalhadores não têm a responsabilidade de em troca da sua saúde e segurança e tranquilidade emocional serem submetidos a privações, condições liberdade, condições indignas de trabalho”, disse Antonio Raimundo Teles, diretor de Segurança, Meio Ambiente e Saúde da FUP.

O que diz a Petrobras

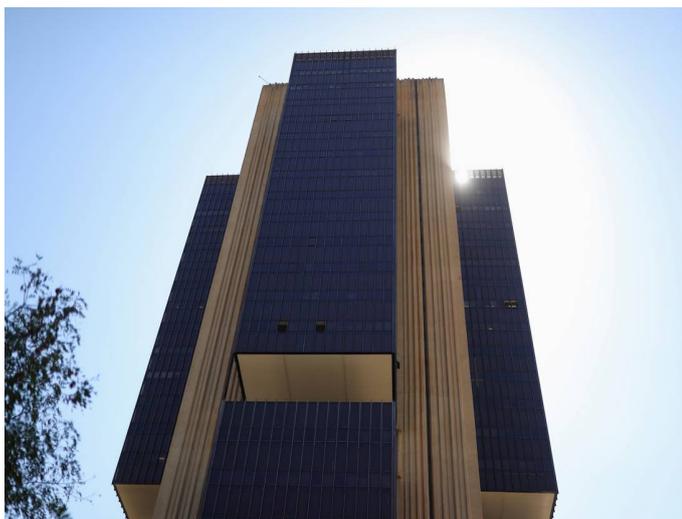
Sobre a situação dos trabalhadores da P52 na área externa, a Petrobras disse que eles foram tirados dos camarotes entre 23h e 2h da manhã para que fosse feita a desinfecção, e que alguns acabaram dormindo do lado de fora.

A Petrobras disse ainda até a segunda (24) havia cerca de 1.370 casos confirmados de Covid na empresa e que segue todos os protocolos de isolamentos dos casos positivos. Disse também que está aumentando a frota de helicópteros pra garantir o desembarque dos infectados.

Fonte: G1

Após queda do site, Banco Central suspende temporariamente o acesso a consulta de valores ‘esquecidos’ em bancos

Em nota, a instituição informou que a suspensão foi necessária para estabilizar os canais de atendimento



O SVR gerou muita demanda de acessos
Foto: AMANDA PEROBELLI / Reuters

BRASÍLIA — Depois de o site do Banco Central (BC) ficar fora do ar durante todo o dia, o órgão decidiu suspender temporariamente o acesso ao Sistema de Informações de Valores a Receber (SVR), que permite a consulta de possíveis valores ‘esquecidos’ em contas de banco.

Segundo o BC, o SVR teve uma demanda de acessos acima da esperada, o que levou a decisão de suspender o funcionamento com o objetivo de estabilizar o sistema e as páginas do Banco Central, do Registrato e do site “Minha Vida Financeira”.

Consulta: Veja passo a passo de como fazer a consulta ao sistema do BC preparado pelo GLOBO

“Estamos trabalhando para que o funcionamento dos sites seja normalizado o mais breve possível e também para o retorno do SVR. Manteremos o público informado quanto a

esses desenvolvimentos e pedimos desculpas pelo transtorno”, apontou o BC em nota.

O site já havia saído do ar na noite de segunda-feira, horas após o BC anunciar oficialmente que a ferramenta já estava funcionando.

Infraestrutura pode não ter suportado demanda

Rafael Umann, CEO da Azion, empresa que provê serviços de infraestrutura em tecnologia, ressalta que dois fatores podem ter feito o site sair do ar. O primeiro é a falta de infraestrutura para suportar o volume de acessos e o segundo seria uma questão na programação do sistema.

Umann explica que se for o primeiro caso, o problema poderia ser resolvido em poucas horas com o aumento de capacidade dos servidores. Já se o sistema precisar ser reescrito por programadores, poderia levar alguns dias para retornar.

Daniel Arruda, sócio da Ismac, plataforma de cibersegurança para empresas, também vê diferentes possibilidades:

— O site não suportou o excesso de demanda. Isso pode ter ocorrido em razão do número de servidores disponíveis para o site não ter dado conta do volume de tráfego ou pela falta de um sistema que permita abrir novos servidores e escalar os acessos em caso de aumento de demanda. Mesmo o link de conexão pode ter ficado aquém do necessário para esse tamanho de tráfego.

Ainda que o Banco Central possa não ter dimensionado a quantidade de servidores

para suportar uma carga de acesso tão grande, destaca ele, o problema pode estar ligado ainda ao tipo de dado processado pelo site:

— O BC lida com dados sensíveis. Então, a infraestrutura tem de ter segurança adequada, não pode utilizar servidores públicos. É um problema simples de solucionar, mas a solução tem de preservar a segurança dos dados e passar pela burocracia de um órgão ligado ao governo.

R\$ 8 bi ‘esquecidos’

O sistema possibilita a consulta de possíveis valores ‘esquecidos’ em contas bancárias encerradas, parcelas de empréstimos ou recursos não procurados de grupos de consórcio, por exemplo.

Segundo o BC, um levantamento de junho de 2021 apontou que os clientes tinham cerca de R\$ 8 bilhões a receber dos bancos.

Nesta primeira etapa da ferramenta, será possível resgatar em torno de R\$ 3,9 bilhões. São recursos de contas-corrente e poupança encerradas, cotas de capital e rateio de sobra de cooperativas de crédito, recursos de consórcios e tarifas, parcelas ou obrigações relativas a operações de crédito, como empréstimos e financiamentos cobradas indevidamente.

Nesse último caso, somente os recursos de instituições que assinaram um termo de compromisso com o Banco Central estarão disponíveis.

Dinheiro em corretoras poderá ser resgatado

Foi o caso do banco Itaú em junho de 2020. Naquela época, a instituição fechou um acordo com o Banco Central para devolução de R\$ 75,6 milhões aos clientes por cobrança indevida de tarifas entre 2008 e 2018.

Ao longo de 2022, o BC pretende também incluir os recursos de tarifas e parcelas relativas a operações de crédito mesmo que não haja um termo de compromisso assinado pela instituição financeira com o BC.

Saldos de contas de pagamento, sejam pré-pagas ou pós-pagas, também entrarão.

Além disso, a previsão é de que contas encerradas em corretoras ou distribuidoras de títulos mobiliários também possam ter seu saldo resgatado por meio do sistema. Com isso os R\$ 4,1 bilhões restantes poderiam ser consultados.

Necessidade leva consumidor com muita sede ao pote

O anúncio de haver R\$ 8 bilhões em valores “esquecidos” em contas bancárias e outras fontes que devem ser retornados ao consumidor e a empresas impressiona, diz Andrew Frank Storfer, diretor executivo da Anefac, sobre tudo num momento de inflação alta e emprego e renda em baixa.

— Todo mundo está precisando (de dinheiro). Quando a população enxerga a possibilidade de conseguir dinheiro em algum lugar, ela vai com muita sede ao pote. Todo início de ano é mais difícil. Neste início de ano, tem sorte quem ainda tem um carro e vai pagar IPVA, por exemplo — diz o executivo.

O desafio ao bolso do consumidor nos primeiros meses de 2022, continua ele, é maior que de hábito, porque o país vem “andando de lado” ao menos desde 2015.

— São dois anos de pandemia, com desemprego muito alto e renda média menor porque os salários, de modo geral, também foram reduzidos em meio a uma oferta de mão de obra maior do que de vagas. As pessoas usam o que têm a receber para pagar dívidas. O crédito está difícil; o juro, subindo. O juro (alto) aleija, mas a falta de dinheiro mata — sublinha ele.

Ainda que o valor a que grande parte dos que tem direito a uma fração desses R\$ 8 bilhões seja reduzido — às vezes a centavos ou a poucos reais — o executivo frisa que “não é esmola, mas direito do cidadão e das empresas”:

— É uma decisão interessante do Banco Central ter facilitado o acesso do cidadão a esses valores. É dinheiro que fica lá, não é corrigido, mas os bancos utilizam.

Fonte: O Globo

Brasileiros com dinheiro ‘esquecido’ nos bancos resgataram R\$ 900 mil em menos de 24 horas

Mesmo com o site fora do ar nesta terça-feira, 79 mil conseguiram acessar e 8,5 mil solicitações de devolução foram realizadas



O interesse massivo pelo sistema surpreendeu o Banco Central Foto: Pablo Jacob / Agência O Globo

BRASÍLIA — Em menos de 24 horas no ar, o Sistema de Valores a Receber (SVR) do Banco Central (BC) possibilitou 8,5 mil solicitações de devolução de dinheiro ‘esquecido’ nos bancos, no total de R\$ 900 mil. Os recursos serão transferidos via Pix em até 12 dias úteis.

Esse valor foi resgatado mesmo com o site do BC fora do ar durante toda essa terça-feira por conta do número de acessos que surpreendeu a autoridade monetária. Segundo o BC, o sistema deve retornar “o mais rápido possível”.

“Essas demandas representam um pequeno

primeiro passo frente ao potencial de R\$ 3,9 bilhões e 28 milhões de CPF e CNPJ nessa primeira fase. O BC está trabalhando para retomar o SVR o mais rapidamente possível para que esse valor possa ser transferido para os cidadãos”, disse em nota.

No total, o Banco Central estima que R\$ 8 bilhões estarão disponíveis dessa forma, mas nesta primeira fase são R\$ 3,9 bilhões para 28 milhões de pessoas ou empresas. Segundo o BC, 79 mil pessoas conseguiram consultar o SVR desde segunda-feira.

Site suspenso temporariamente

Em nota, o BC disse que suspendeu temporariamente o acesso ao sistema para estabilizar o sistema e as páginas do Banco Central, do Registrato e do site “Minha Vida Financeira”.

Na noite desta terça-feira, o site do BC voltou ao ar, mas informando que o “lançamento do Sistema Valores a Receber (SVR) gerou demanda de acessos muito acima da esperada, o que provocou instabilidade em sua página e também nos sites do BC, do Registrato e Minha Vida Financeira. Para estabilizar esses sites, o BC suspendeu temporariamente o acesso ao SVR”.

O BC se desculpa e promete informar em breve o restabelecimento do sistema.

Infraestrutura insuficiente

Rafael Umann, CEO da Azion, empresa que provê serviços de infraestrutura em tecnologia, ressalta que dois fatores podem ter feito o site sair do ar.

O primeiro é a falta de infraestrutura para suportar o volume de acessos. O segundo seria uma questão na programação do sistema.

Umann explica que se for o primeiro caso, o problema poderia ser resolvido em poucas horas com o aumento de capacidade dos servidores. Já se o sistema precisar ser reescrito por programadores, poderia levar alguns dias para retornar.

Umann acredita que, ao longo do tempo, o “efeito surpresa” da novidade deve ir dispersando e, por consequência, a demanda por mais capacidade de banda deve diminuir.

Segundo ele, o episódio se assemelha a uma Black Friday, quando os sites de varejistas precisam se preparar para um grande volume de acessos.

— São 10, 20, 30 vezes mais acessos do que

um dia a dia comum e uma forma que essa empresa faz para absorver é utilizando plataformas de computação distribuída, “edge computing” ou computação elástica, “cloud computing”. Essas plataformas absorvem esse impacto do volume de acesso — disse.

Bruno Giordano, Chief Information Security Officer (CISO) da Ativy Digital, explica que a sobrecarga de acessos é como se muitos clientes entrassem em uma loja ao mesmo tempo e os atendentes não conseguissem falar com todo mundo.

— Imagina que você tem um balcão de atendimento em uma sorveteria, você tem um funcionário seu trabalhando e ele consegue atender no máximo três pessoas. Se de uma hora pra outra entram 1 mil pessoas, ele não vai conseguir atender todas ao mesmo tempo — disse.

Giordano explica que talvez tenha faltado fazer um teste de estresse mais intenso do sistema. Esse teste serve para verificar o limite de processamento de aplicações.

Daniel Arruda, sócio da Ismac, plataforma de cibersegurança para empresas, também vê diferentes possibilidades:

— O site não suportou o excesso de demanda. Isso pode ter ocorrido em razão do número de servidores disponíveis para o site não ter dado conta do volume de tráfego ou pela falta de um sistema que permita abrir novos servidores e escalar os acessos em caso de aumento de demanda. Mesmo o link de conexão pode ter ficado aquém do necessário para esse tamanho de tráfego.

Ainda que o Banco Central possa não ter dimensionado a quantidade de servidores para suportar uma carga de acesso tão grande, destaca ele, o problema pode estar ligado ainda ao tipo de dado processado pelo site:

— O BC lida com dados sensíveis. Então, a infraestrutura tem de ter segurança adequada, não pode utilizar servidores públicos. É um problema simples de solucionar, mas a solução tem de preservar a segurança dos dados e passar pela burocracia de um órgão ligado ao governo.

‘Com muita sede ao pote’

O anúncio de haver R\$ 8 bilhões em valores “esquecidos” em contas bancárias e outras fontes que devem ser retornados ao consumidor e a empresas impressiona, diz Andrew Frank Storfer, diretor executivo da Anefac, sobre tudo num momento de inflação alta e emprego e renda em baixa.

— Todo mundo está precisando (de dinheiro). Quando a população enxerga a possibilidade de conseguir dinheiro em algum lugar, ela vai com muita sede ao pote. Todo início de ano é mais difícil. Neste início de ano, tem sorte quem ainda tem um carro e vai pagar IPVA, por exemplo — diz o executivo.

O desafio ao bolso do consumidor nos primeiros meses de 2022, continua ele, é maior que de hábito, porque o país vem “andando de lado” ao menos desde 2015

— São dois anos de pandemia, com desemprego muito alto e renda média menor porque os salários, de modo geral, também foram reduzidos em meio a uma oferta de mão de obra maior do que de vagas. As pessoas usam o que têm a receber para pagar dívidas. O crédito está difícil; o juro, subindo. O juro (alto) aleija, mas a falta de dinheiro mata — sublinha ele.

Ainda que o valor a que grande parte dos que tem direito a uma fração desses R\$ 8 bilhões seja reduzido — às vezes a centavos ou a poucos reais — o executivo frisa que “não é esmola, mas direito do cidadão e das

empresas”:

— É uma decisão interessante do Banco Central ter facilitado o acesso do cidadão a esses valores. É dinheiro que fica lá, não é corrigido, mas os bancos utilizam.

Mudança de prazo: Afastamento de trabalhador por Covid cai de 15 para 10 dias

Consultas

Qualquer pessoa pode consultar se tem algum dinheiro a receber ‘esquecido’ em contas-corrente e poupança encerradas, cotas de capital e rateio de sobra de cooperativas de crédito, recursos de consórcios e tarifas, parcelas ou obrigações relativas a operações de crédito, como empréstimos e financiamentos cobradas indevidamente.

Nesse último caso, somente os recursos de instituições que assinaram um termo de compromisso com o Banco Central estarão disponíveis.

Ainda neste ano, o Banco Central ainda pretende incluir os recursos de tarifas e parcelas relativas a operações de crédito mesmo que não haja um termo de compromisso assinado pela instituição financeira com o BC.

Saldos de contas de pagamento, sejam pré-pagas ou pós-pagas, também entrarão.

Além disso, a previsão é de que contas encerradas em corretoras ou distribuidoras de títulos mobiliários também possam ter seu saldo resgatado por meio do sistema. Com isso os R\$ 4,1 bilhões restantes poderiam ser consultados.

Fonte: OGLORO

Governo reduz de 15 para 10 dias afastamento de trabalhador por Covid

Regra consta em portaria publicada pelos ministérios da Saúde e do Trabalho. Prazo pode chegar a 7 dias em caso de teste negativo



Foto: Maurício Vieira/Secom

O Ministério da Saúde publicou, nesta terça-feira (25/1), uma portaria que reduz, de 15 para 10 dias, o prazo de afastamento dos trabalhadores com casos de infecções pelo novo coronavírus – sejam eles confirmados, suspeitos ou contatantes.

O texto, assinado em conjunto com o Ministério do Trabalho e Previdência, diz ainda que o período de afastamento pode ser reduzido para sete dias, caso o funcionário apresente resultado negativo em teste por

método molecular (RT-PCR ou RT-LAMP) ou teste de antígeno a partir do quinto dia após o contato.

A redução para sete dias também vale para os casos suspeitos, desde que o trabalhador esteja sem apresentar febre há 24 horas, sem tomar remédios antitérmicos e com a melhora dos sintomas respiratórios.

As novas regras alteram uma portaria publicada em junho de 2020, a qual trouxe regras para a adoção prioritária do regime de

teletrabalho, entre outros pontos. O documento atual diz que, na ocorrência de casos suspeitos ou confirmados da Covid-19, o empregador pode adotar, a seu critério, o teletrabalho como uma das medidas para evitar aglomerações.

No caso dos trabalhadores com 60 anos ou mais ou que apresentem condições clínicas de risco para desenvolvimento de complicações da Covid-19, o texto diz que eles devem receber atenção especial e também coloca a adoção do trabalho remoto como uma medida alternativa para evitar a contaminação, a critério do empregador. Antes, a indicação do governo era de que o trabalho remoto deveria ser priorizado.

Prevenção

Pela portaria, as empresas devem prestar informações sobre formas de prevenção da doença, como o distanciamento social, e reforçar a necessidade de procedimentos de higienização correta e frequente das mãos com utilização de água e sabonete ou, caso não seja possível a lavagem das mãos, com sanitizante adequado, como álcool a 70%.

As empresas também devem disponibilizar recursos para a higienização das mãos próximos

aos locais de trabalho, incluído água, sabonete líquido, toalha de papel descartável, e lixeira cuja abertura não demande contato manual, ou sanitizante adequado para as mãos, como álcool a 70%.

A norma diz que as empresas devem adotar medidas para evitar aglomerações nos ambientes de trabalho, como a manutenção da distância mínima de um metro entre os trabalhadores, e entre os trabalhadores e o público, além do uso de máscara.

A portaria determina ainda que as empresas devem manter registro atualizado, à disposição dos órgãos de fiscalização, sobre medidas tomadas para a adequação dos ambientes de trabalho para a prevenção da Covid-19; casos suspeitos e confirmados; e funcionários que tiveram contato com pacientes diagnosticados com o coronavírus, no ambiente de trabalho.

Nesta última situação, os trabalhadores que tiveram contato próximo de caso suspeito da Covid-19 “devem ser informados sobre o caso e orientados a relatar imediatamente à organização o surgimento de qualquer sinal ou sintoma relacionado à doença”.

Fonte: Metrópoles



Crianças e adultos poderão se vacinar contra a Covid-19 nesta segunda-feira (24/1)
Rafaela Felicciano/Metrópoles

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF